

## Coletivo Muda STU – CUT – Unir Fasubra

O Coletivo Muda STU – CUT – Unir Fasubra, surge num contexto de profundas mudanças no Brasil e que, certamente, refletirão de maneira inexorável na organização da Classe Trabalhadora. É nesta conjuntura, incerta e desafiante, a partir da compreensão da necessidade urgente de aglutinar forças para os enfrentamentos decorrentes deste novo momento histórico, é que buscamos construir a unidade com setores, campos programáticos e ideológicos e pessoas que, no dia a dia, convergem em ideias e ações na luta:

Em defesa dos interesses da categoria dos trabalhadores da Unicamp, inclusive dos terceirizados;

Pela construção de um estado democrático e inclusivo;

Em defesa de instituições de ensino democráticas, gratuitas, públicas, autônomas e laicas, a serviço da classe trabalhadora.

Pela organização, diálogo e unidade programática das forças progressistas brasileiras que atuem na promoção da democracia, da igualdade e da justiça social, trabalhando para a superação de todas as formas de opressão, discriminação e violência.

Com essa disposição, nos colocamos no STU, trabalhando para superar as disputas internas e priorizar a pauta que unifica, sempre na defesa incondicional dos interesses dos trabalhadores. O STU necessita recuperar seu protagonismo nas lutas, sua capacidade de articular e construir projetos para disputar em todos os espaços, inclusive nos órgãos colegiados da Unicamp.

Se fosse um país, São Paulo estaria entre as 20 maiores economias do mundo. No entanto, essa riqueza não tem sido sinônimo de qualidade de vida, tampouco de soluções efetivas para os graves problemas que assolam o estado, que hoje sofre as consequências de décadas de governos não comprometidos com os interesses da maioria da população

Apesar de ser o estado mais populoso, rico e dinâmico do Brasil, a qualidade de vida de sua população não vai bem, contribuindo para esse quadro tanto a falta de políticas de desenvolvimento econômico como a ausência de políticas sociais e ações afirmativas.

Com a privatização do setor elétrico, de telefonia e dos bancos estaduais, o governo paulista se desfez de instrumentos fundamentais, mostrando claramente não ter um projeto de desenvolvimento para o conjunto do estado. Sem o Banespa e a Nossa Caixa, o estado perdeu a possibilidade de fomento e de atuação, deixando apenas às forças do mercado a responsabilidade pelo desenvolvimento, o que implicou em não termos hoje qualquer projeto de inclusão e de desenvolvimento regional. As regiões com maiores dificuldades

de atração de investimentos do mercado foram abandonadas a sua própria sorte e, assim, o estado perde potencial de desenvolvimento e de inclusão social.

O fracasso na segurança pública é visível, não só pelo poder do PCC no sistema prisional paulista, fortalecendo seu poder em parte como resposta à superlotação dos presídios e pelo tratamento degradante e desumano a que estão submetidos os presos, como pelo medo que a população tem da polícia, que não tem garantido segurança às pessoas, mas tem atuado de maneira desastrosa nas mobilizações sociais e reprimido com violência a juventude, particularmente os jovens negros da periferia – alvo preferido da Polícia Militar paulista;

Na educação, além dos índices pífios atingidos pelo sistema estadual, o governo fechou milhares de salas de aula e se recusou ao diálogo com o magistério.

No caso das Universidades Estaduais Paulistas, o Fórum das Seis passou a usar a expressão crise de financiamento para designar essa política oficial do Governo Estadual compromete o futuro da educação superior pública no estado. Uma política que contingencia os salários para suprir déficits decorrentes do subfinanciamento. A denúncia sistemática dessa situação, contudo, não tem sido suficiente para mobilizar as administrações universitárias, cuja pressão política sobre o governo paulista poderia ser decisiva. Para piorar, no caso da Unicamp, a Reitoria mantém o pagamento dos chamados supersalários, que são superiores até aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Alterações Estatutárias:

Criação da "COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SINDICAL"

Democratização da comunicação: Construir uma Comunicação Social e Popular

Questionar o poder econômico e a concentração dos meios de comunicação nas mãos de grandes conglomerados, como a Globo, é central na luta para democratizar a comunicação. Outro aspecto complementar à conquista do direito à comunicação, está na sua regulação. Conquistá-lo significa garantir a circulação da diversidade e da pluralidade de ideias existentes na sociedade. É preciso garantir que não exista propriedade cruzada, nem oligopólios e que se discuta a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal e se concretize a consolidação de sistemas públicos/comunitários alternativos. Entendemos a Comunicação como um Direito Humano!

Precisamos perguntar: até quando vamos ser subjugados pelo poder

econômico das grandes empresas de comunicação, como a Globo?!

Entendemos esse, como um campo importante na disputa de classe, na luta de classes. Sabemos que a economia movimenta, em última instância, os rumos político-culturais de uma determinada conjuntura e/ou período histórico e social. Como resultado do embate de modelos econômicos, uma ou outra perspectiva de sociedade - comunista, socialista ou capitalista é posicionada na luta social com mais ou menos força política. Se não pensarmos, para além das políticas reguladoras do mercado, também uma política econômica que enfrente toda essa concentração financeira; se não ampliarmos as ações focadas apenas em respostas conjunturais ("taticismo") não seremos capazes de acumular forças para a construção de um plano de lutas sindical que enfrente os grandes conglomerados da mídia burguesa, como a Globo.

O STU pode contribuir nessa luta! Para atuar no próximo período pensando a médio e longo prazo, **acreditamos que a criação de uma Coordenação de Comunicação Sindical**, composta paritariamente, permitirá a aprofundar na construção de um projeto conjunto de comunicação social e popular para os/as trabalhadores/ras.

Incluir no parágrafo na Coordenação Financeira:

“A movimentação financeira bancária do STU será realizada exclusivamente pelos diretores de finanças do STU, exigindo no mínimo a assinatura de dois (duas) diretores(as). Em caso de movimentação pela Internet, exigirá duas senhas distintas e individuais para os diretores autorizados a realizarem as movimentações financeiras do STU.”

“Defesa intransigente da proporcionalidade direta e qualificada na eleição sindical do STU.”

Assinam:

José Luis Pio Romera  
Celso Ribeiro de Almeida  
Silvio José Fernandes  
Ronaldo Luis de Almeida  
Afonso Celso de Godoy Von Zuben  
Jéssica Del Carmen Vega Galvan Menezes  
José Reinaldo Braga  
Erika Maria Rodrigues de Castro  
Valdir Paixão Rodrigues Junior  
Odair Marques da Silva